

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TIAGO MARTINELLI

**O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E
AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS:
A PRIMAZIA PÚBLICO-ESTATAL
COLOCADA EM XEQUE**

PORTO ALEGRE, 2011

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TIAGO MARTINELLI

**O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E
AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS:
A PRIMAZIA PÚBLICO-ESTATAL
COLOCADA EM XEQUE**

Porto Alegre, 2011

TIAGO MARTINELLI

**O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E
AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS:
A PRIMAZIA PÚBLICO-ESTATAL
COLOCADA EM XEQUE**

**Tese apresentada como requisito para obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, da Faculdade de
Serviço Social, da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.**

**Orientadora:
Professora Doutora Berenice Rojas Couto**

Porto Alegre, 2011

M385s Martinelli, Tiago

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as entidades privadas sem fins lucrativos: a primazia público-estatal colocada em xeque / Tiago Martinelli. - 2011.

168 f.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2011.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto.

1. Proteção social. 2. Seguridade social. 3. Assistência social. 4. Sistema Único de Assistência Social. 5. Serviço social. I. Couto, Berenice Rojas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU: 364-782.42

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

TIAGO MARTINELLI

**O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E
AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS:
A PRIMAZIA PÚBLICO-ESTATAL
COLOCADA EM XEQUE**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de título de **Doutor em Serviço Social** e aprovada na sua versão final, em 28 de fevereiro de 2011, atendendo às normas da legislação vigente, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Orientadora, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Ana Lúcia Suarez Maciel
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Raquel Raichelis Degenszjan
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

RESUMO

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS: A PRIMAZIA PÚBLICO-ESTATAL COLOCADA EM XEQUE

Problematizar a primazia do Estado brasileiro na condução da Política de Assistência Social, considerando a tradição das entidades privadas sem fins lucrativos na prestação de serviços e no acesso sem controle social do fundo público, foi o objetivo central dessa Tese. Para tanto, sustentado na teoria crítica e no método do materialismo histórico e dialético, a pesquisa empírica foi realizada com gestores dos três níveis de governo e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos, cadastradas nos Conselhos Municipais e no Sistema de Informação do Conselho Nacional de Assistência Social, dos municípios em gestão plena no Rio Grande do Sul, com o melhor Índice SUAS. Os resultados da pesquisa apontam para um cenário pouco propício para a condução do Estado no processo da política pública e uma realidade longe de ser compreendida pelas entidades privadas quanto ao direito a Assistência Social enquanto política não contributiva. As conclusões da pesquisa demonstram a necessidade de um movimento de estatolatria, que abra mão da revolução passiva e que incorpore a democracia popular pautando os direitos sociais e o controle do fundo público, para que se possa ter a primazia estatal e a efetivação do SUAS. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Palavras-chave: Proteção Social. Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Entidades privadas sem fins lucrativos. Público. Privado.

ABSTRACT

UNIFIED SOCIAL WORK SYSTEM (SUAS) AND THE PRIVATE NON-PROFIT ENTITIES: THE PRIMACY OF PUBLIC SYSTEM IS CALLED INTO QUESTION

Question the primacy of the Brazilian State in the conduction of Social Assistance Policy, considering the tradition of private non-profit organizations in the provision of service and in the access of public fund without social control , was the central aim of this thesis. For this, sustained in critical theory and in the method of dialectical and historical materialism, the empirical research was conducted with managers from the three levels of government and Entities social assistance non-profit private, registered in the Municipal Council and in the Information System National Social Assistance Council, from municipalities in full management in Rio Grande do Sul, with best Index SUAS. The research results point to an unfavorable scenery to the conduction of State in the process of public policy and a reality far from being understood by private entities concerning the right to Social Assistance entitlement non-contributory policy. The research findings shows the need for an estatolatry movement, that gives up the passive revolution and incorporates the popular democracy guiding social rights and control of public funds, so that it enables to have the state primacy and effectuation of SUAS. This work was supported by the Scientific and Technological Development National Council – CNPq – Brazil.

Keywords: Social Protection. Social Assistance. Unified Social Assistance System. Entities social assistance non-profit private. Public. Private

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
Anfip	Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
Cedica	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGARSS	Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS
CIBs	Comissões Intergestores Bipartites
CIIE	Centro de Investigação e Intervenção Educativas
CITs	Comissões Intergestores Tripartes
Clacso	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
Cofins	Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
CROP	Comparative Research Programme on Poverty
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DRSP	Departamento da Rede Privada do SUAS
Elétrabras	Centrais Elétricas Brasileiras
EOAS	Entidades e Organizações de Assistência Social
Farsul	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul
Fecomércio	Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
Federasul	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GEAS	Gestor Estatal da Assistência Social
GEOAS	Gestor de entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mesa	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
NEPES	Núcleo de Estudo em Políticas e Economia Social
NEPP	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
Neppos	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social
NOB-RH-SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDT	Partido Democrático Trabalhista
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S/A
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PP	Partido Progressista
PPDs	Pessoa Portadora de Deficiência
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Procad	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sebrae	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sesc	Serviço Social do Comercio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesi	Serviço Social da Indústria
SICNAS	Sistema de Informação do Conselho Nacional de Assistência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal da Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicef	Fundo das Nações Unidas Para a Infância
Unipampa	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AMPLIANDO CONCEITOS E DEBATENDO A UNIDADE ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO	23
2.1	Sociedade civil e Estado: uma unidade contraditória	24
2.2	A unidade do Sistema Único de Assistência Social: ampliando o Estado, desvelando o privado	31
3	CONHECENDO O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO PARA ENTENDER O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40
3.1	Proteção Social e a “contra reforma” do Estado brasileiro	41
3.2	O Sistema Único de Assistência Social: um avanço da proposta constitucional	50
4	DELINEANDO O PROCESSO DE PESQUISA E ANÁLISE DE CONTEÚDO ...	57
4.1	A escolha do método	58
4.2	Conhecendo a realidade através da Análise de Conteúdo	64
4.2.1	Análise de Conteúdo Temática	66
4.2.2	A fase de pré-análise.....	67
4.2.3	Codificando as informações coletadas.....	68
4.2.4	Categorizando os temas	68
4.2.5	Descrição analítica das informações.....	70
4.2.6	Tratamento das informações obtidas e interpretação inferencial	70
5	DESVELANDO A RELAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS: UM DEBATE RECENTE EM CONSTRUÇÃO	73
5.1	A apropriação dos gestores e a implantação do Sistema Único de Assistência Social	74
5.2	Capacitação e constituição dos recursos humanos para o SUAS	81
5.3	Emancipação, transparência e participação: as contradições entre o monitoramento e avaliação e o controle social	85
5.4	Dinheiro da Assistência Social: viabilizando políticas públicas e manutenção das entidade privadas	96
5.5	O reforço da cultura privatista pelo Estado: para além das práticas tradicionais de filantropia e benemerência	103
5.6	O privado enquanto campo privilegiado de acesso aos serviços do Estado: inversão das políticas sociais públicas	110
5.7	As potencialidades do SUAS e a contra hegemonia do Estado ampliado na busca pela garantia de direitos	114
5.8	SUAS e CEBAS: da política pública à incorporação do privado	121
5.9	Assistência Social e rede de parcerias: as peculiaridades do Rio Grande do Sul . 128	
6	CONCLUSÃO	133
	REFERÊNCIAS	141

APÊNDICES	153
APÊNDICE A — Carta de apresentação	154
APÊNDICE B — Roteiros para entrevista	155
APÊNDICE C — Termo de consentimento livre e esclarecido	160
APÊNDICE D — Quadro da sistematização utilizada para a análise de conteúdo	161
APÊNDICE E — Quadro metodológico da pesquisa	162
APÊNDICE F — Quadro de informações referentes à população, à estimativa de pobreza, ao IDH, ao porte e as eleições dos municípios abarcados pela pesquisa	163
APÊNDICE G — Quadro de informações das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que compõem a amostra da pesquisa referentes a município, órgão gestor, quantidade de registros no SICNAS, área de atuação, representação no CMAS, encaminhamento do CEBAS e entrevistado	164
APÊNDICE H — Quadro demonstrativo do Índice SUAS dos municípios em gestão plena, segundo porte, no Rio Grande do Sul – 2010	165
ANEXOS	166
ANEXO A — Carta de aprovação da Comissão Científica	167
ANEXO B — Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	168

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social afirmou-se como política pública de direito do cidadão e dever do Estado, no Brasil, a partir de sua incorporação à Seguridade Social na Constituição de 1988. Em 1993, passou a ser um direito exigível pela população pela promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social. Durante esses 17 anos, o tema da Assistência Social foi pauta de um debate intenso, que percorreu desde uma cultura política pouco afeita a direitos sociais¹ até a necessidade de se retomarem os processos democráticos como essenciais à sua consolidação.

Na esteira do debate realizado, ganhou destaque a presença, na sociedade brasileira, de uma enorme gama de entidades prestadoras de serviços que caracterizaram o sistema protetivo brasileiro por muitos anos e protagonizaram a criação de formas de atendimentos que, na sua maioria, respondiam a preceitos privados de relações com os usuários eivados de características clientelistas, moralistas, meritocráticas. Essas relações também se reproduziram na interlocução do Estado com as entidades, particularizando a relação e ressaltando os caracteres de compadrio e patrimonialismo.

A LOAS apontou inúmeras questões que deveriam indicar como a política de Assistência Social seria constituída, dando-se destaque para suas diretrizes. No aprofundamento do debate sobre a LOAS, surgiu, por decisão da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília, implantar o Sistema Único de Assistência Social, o que daria materialidade ao direito adquirido e regularia a relação Estado-entidades privadas-usuários.

O solo histórico construído mostrou enormes desafios nesse campo e, principalmente, o desafio de transformar a Assistência Social em efetivamente um mecanismo de garantia de acesso universal aos direitos sociais. A base de constituição das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos no Brasil tem forte referência na estrutura das

¹ “A introdução dos direitos sociais como enunciadores da relação entre Estado e sociedade está vinculada a um projeto de Estado Social, constituindo-se em um novo patamar de compreensão dos enfrentamentos da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos” (COUTO, 2004, p. 33).

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)², que, para o contexto neste século XXI, também conformam o modelo de proteção social em Portugal via Acção Social³.

A relação com a rede privada é um tema relevante e que ao ser analisado oferece subsídios para inferir se, com o SUAS, é possível afirmar que a Assistência Social está configurando-se como política pública estatal.

O tema eleito, a política escolhida e a pesquisa realizada são relevantes e atuais, tendo em vista as recentes deliberações na política de Assistência Social. Essa relevância não está centrada somente na produção de conhecimento do Serviço Social, mas também no estabelecimento da relação com o projeto ético e político da profissão no que refere à contribuição às políticas públicas.

Este estudo propõe-se a desvendar o entendimento dos gestores nos três níveis de governo e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos acerca de como apreendem o Sistema Único de Assistência Social. Visa problematizar o debate sobre a incorporação da relação estabelecida entre as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos e o SUAS, de modo a desvendar as contradições existentes, no âmbito do Estado e da sociedade civil, na conformação da democracia, na constituição das políticas sociais públicas e universais⁴.

A proposta centra-se no âmbito do Estado Democrático de Direito, no sentido de esse estar pautado em assegurar os direitos sociais, tendo como lastro os princípios fundamentais de soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

² Apresenta-se essa referência como forma de resgatar e valorizar a experiência no Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior da CAPES-Brasil, realizada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto em Portugal, co-orientada pela Professora Doutora Fernanda Rodrigues, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE).

³ Apesar de não ter se realizado pesquisa empírica ou estudo comparativo, as atividades possibilitaram complementar a proposta de pesquisa desenvolvida no Brasil. No entanto, não será desenvolvido nesta tese o aprofundamento sobre as Instituições Particulares de Solidariedade Social. No período do estágio no exterior foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes à temática. Importa destacar que no processo do doutorado teve-se oportunidade de estar participando de debates e visitas institucionais referente à Acção Social. Sobre a constituição das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Acção Social do Sistema de Segurança Social, podem ser encontradas informações em: <http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER_constituicao+de+instituiçoes+particulares+de+solidariedade+social.htm>. Para um estudo aprofundado sobre as aproximações e a constituição da Assistência Social em Portugal, ver as obras de Rodrigues (1999; 2000; 2001; 2003; 2005) e de Stoer, Rodrigues (1998). No que refere à comparação entre os serviços de proteção social prestados pelo Brasil e por Portugal, consultar Muniz (2005).

⁴ Em que pese a clareza dos objetivos da pesquisa, a riqueza de informações prestadas pelos gestores fez com que fossem contemplados, nesta tese, outras proposições. Estes enfoques ampliam o debate e direcionam à gestão do SUAS em temáticas como monitoramento, avaliação e financiamento.

No que diz respeito à contribuição à construção do conhecimento, tem-se, na proposta de pesquisa, uma base reflexiva e interventiva que contribui para o Serviço Social, para as Ciências Humanas e Sociais e para os trabalhadores sociais que atuam no campo da proteção social. Postula-se a interface entre as múltiplas expressões da questão social e as estratégias de gestão e organização da sociedade, tendo em vista a garantia dos direitos sociais e o efetivo exercício da cidadania, delineados no Sistema Único de Assistência Social.

Este estudo viabiliza-se também na continuidade da trajetória do pesquisador desde a graduação, seguido dos processos de iniciação científica, da dissertação⁵ e das experiências em pesquisas no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No desenvolvimento deste estudo também são apresentados, em notas, alguns espaços de atuação do pesquisador que demonstram o envolvimento e a necessidade de entender e contribuir para uma política pública estatal de Assistência Social.

Realizou-se a investigação na perspectiva do método do materialismo histórico e dialético, fundada nas diretrizes ético-políticas do Serviço Social, em consonância com os princípios humanitários de acesso às políticas públicas, em especial às sociais não contributivas e universais.

A pesquisa teve delineamento metodológico (**Apêndice E**) e, com base em seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória com ênfase em informações qualitativas. Essa classificação contempla a investigação de pesquisa empírica, a busca por informações tanto qualitativas quanto quantitativas, podendo utilizar-se, enquanto procedimento de coleta das informações de entrevista.

Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como estudo de campo, pois procura o aprofundamento das questões propostas, utilizando-se de entrevistas, onde o pesquisador realiza a coleta das informações pessoalmente.

A coleta das informações deu-se através de entrevistas semiestruturadas, organizadas com roteiro orientador com questões abertas e fechadas.

A amostra da pesquisa foi não probabilística intencional, cotejando, neste estudo, os municípios do Rio Grande do Sul em Gestão Plena do Sistema Municipal de Assistência

⁵ A dissertação discutiu a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) enquanto espaço socioocupacional de Assistentes Sociais em Porto Alegre. Desde então vem se estabelecendo o debate sobre as relações entre Estado e sociedade civil onde se problematizou o reordenamento institucional das relações sociais através das “novas” organizações, surgidas, no Estado democrático, sob a égide da economia de mercado (MARTINELLI, 2007).

Social, conforme previsto na Norma Operacional Básica, ou seja, um município de Pequeno Porte I, um de Pequeno Porte II, um de Médio Porte, um de Grande Porte e uma Metrópole⁶.

Os municípios selecionados para o estudo foram classificados através do *ranking* do Índice SUAS 2008⁷. A partir desse *ranking*, selecionaram-se os municípios do Estado do Rio Grande do Sul que se encontravam em gestão plena. Dos 496 municípios, 24 configuravam-se como em gestão plena. Dentre estes há uma Metrópole; nove são de Grande Porte; cinco Médio porte; quatro Pequeno Porte I e 05 Pequeno Porte II. Feito isso, foram selecionados os municípios com melhor colocação no *ranking*, dentro dos critérios selecionados: Porto Alegre (Metrópole), Bento Gonçalves (Grande Porte), Farroupilha (Médio Porte), Sananduva (Pequeno Porte I) e Três de Maio (Pequeno Porte II). O Município de São Leopoldo (Grande Porte) foi contemplado na pesquisa com a participação de um gestor estatal e de uma entidade privada sem fins lucrativos de Assistência Social devido à sua escolha para a realização do pré-teste, estando em segundo lugar no *ranking* dos municípios de grande porte. As entrevistas foram realizadas entre julho e setembro de 2009 e, em Porto Alegre, e com o gestor estadual em julho de 2010.

Destaca-se que os municípios da amostra realizada em 2009 mantiveram seu Índice SUAS em 2010, com exceção do Município de Horizontina, que foi habilitado para gestão plena em 2010, e de Caxias do Sul, que teve seu índice melhorado, superando São Leopoldo (**Apêndice H**).

As entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que fizeram parte do estudo foram contempladas através de seus cadastros no Conselho Nacional e Municipal de Assistência Social. Dentre essas tiveram prioridade as com representação nos conselhos (**Apêndice G**).

Foram realizadas entrevistas com gestores estatais, identificados nas falas como Gestor Estatal da Assistência Social (GEAS) e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos, identificados nas falas como Gestor de entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos (GEOAS), conforme segue:

⁶ Destaca-se que, apesar de se utilizar o “porte do município” como parte do delineamento da amostra, não existiram na pesquisa diferenciações referentes a estas características peculiares de cada município. Não é o porte do município que determina as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil. No entanto o porte dos municípios previsto na Política de Assistência Social tem sido muito importante na definição do SUAS.

⁷ O Índice SUAS foi criado com o objetivo de fazer a partilha, priorização e o escalonamento da distribuição de recursos para o co-financiamento da Proteção Social Básica, por meio de um critério técnico, de forma a priorizar aqueles municípios com maior proporção de população vulnerável (indicado pela taxa de pobreza), menor capacidade de investimento (receita corrente líquida municipal per capita) e menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica (recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a Proteção Social Básica per capita). Acesso em: <<http://www.mds.gov.br/suas/departamento-de-gestao-do-suas/indice-suas>>. Disponível em: jul. 2009.

- um federal da política de Assistência Social;
- um estadual da política de Assistência Social;
- um municipal da política de Assistência Social para cada município contemplado no estudo, totalizando seis gestores municipais;
- três gestores representantes de entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos nos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios contemplados no estudo, totalizando 16 gestores.

Os procedimentos da coleta de informações da pesquisa iniciaram através dos critérios metodológicos da pesquisa. A partir de informações cadastrais disponibilizadas no cadSUAS⁸, os agendamentos das entrevistas foram realizados por telefone. Posteriormente, foram enviados, por correio eletrônico, a Carta de apresentação da Pesquisa (**Apêndice A**), instrumentos de coletas de informações, compostos de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas presencialmente com os gestores (**Apêndice B**) e o Termo de consentimento livre e esclarecido (**Apêndice C**). As informações qualitativas foram analisadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo.

O tema investigado objetivou problematizar o entendimento dos gestores nos três níveis de governo e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos de municípios em gestão plena no Rio Grande do Sul de como apreendem o Sistema Único de Assistência Social no que concerne aos processos de gestão e ao papel do Estado para contribuir na operacionalização da política, conforme a Constituição Federal de 1988.

O estudo desdobrou-se na identificação das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõem a rede socioassistencial do SUAS; conhecer as estratégias e os instrumentos de gestão estabelecidos entre o Estado e as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos; problematizar as ações da rede socioassistencial no que se refere à função pública, não contributiva, descentralizada e participativa do SUAS; e analisar o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial.

No Capítulo 2 apresenta-se a contenda da relação entre sociedade civil e Estado, a fim de desvelar a relação entre o público e o privado na política social, buscando-se estabelecer a unidade ampliada da proposta de gestão da Assistência Social. Esse capítulo tem sua fundamentação no debate do pensador italiano Antonio Gramsci, na perspectiva da

⁸ O CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações cadastrais de prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/rede-suas/cadsuas>>. Acesso em: jul. 2009.

construção de um projeto de Estado ampliado, o que poderia resultar na criação de uma contra-hegemonia ao sistema que tem mercantilizado as relações sociais.

No Capítulo 3 problematiza-se o sistema de proteção social brasileiro — a partir da Constituição do Estado Democrático de Direito, desde a promulgação em 1988 — onde a questão público e privado, no que se refere ao Estado e à sociedade civil, se constitui em desafio na cultura brasileira para os parâmetros de materialização do SUAS. Ganha contornos essenciais o debate estabelecido no Capítulo 2.

No Capítulo 4, apresenta-se como ponto fundamental a relação entre o SUAS e as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos a partir do problema de pesquisa e de seu aprofundamento temático, das questões que orientam o processo de pesquisa, de seus objetivos e finalidades. Fundamenta-se o método que permeia todo o estudo e a técnica de análise das informações.

O Capítulo 5 merece destaque, em função do empenho sob a pesquisa e das finalidades de um doutorado que visa à formação de pesquisadores. Esse capítulo dialoga com os achados da pesquisa, colocando-os em debate, com fim de construir análises críticas que possibilitem inferir as potencialidades e os limites colocados à Assistência Social na sua institucionalização como política pública.

Finaliza-se o estudo, apresentando conclusões que contemplam o objetivo da tese sobre o entendimento dos gestores sobre o Sistema Único de Assistência Social no âmbito estatal e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos. As conclusões apontam desafios, e os achados de pesquisa deverão ser objeto de socialização, para que a pesquisa, enfim, cumpra seu papel de questionar a realidade, dialogando com suas contradições, na perspectiva de criar condições objetivas de discutir a sociedade atual e produzir contra-hegemonias.

6 CONCLUSÃO

As entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos reproduzem a égide privatista do Estado brasileiro. Essa lógica privatista é empecilho para o SUAS confirmar-se enquanto um sistema de gestão estatal público. Para que o SUAS se estabeleça como público, direito de cidadania, é necessário um movimento inicial de “estatolatria”, sem que isso reproduza o movimento de “revolução passiva”. O Estado deve compor a rede estatal pública, pautado em princípios democráticos, na garantia de acesso aos direitos sociais, com participação efetiva dos usuários, estabelecendo padrões de prestação de serviços públicos em um movimento contra hegemônico, para que possa rever sua relação com as entidades privadas.

O movimento realizado em direção à articulação entre entidades existentes e o SUAS, na pesquisa apontou a reprodução de ações com características privadas. Assim, é possível afirmar que o Estado — no caso do Rio Grande do Sul por sua iniciativa — em âmbito federal e nos demais municípios, por um movimento de rearticulação, tendeu a reproduzir o que queria anular.

A prestação de serviços por entidades privadas que caracterizou e ainda caracteriza o sistema protetivo brasileiro, principalmente na área da política de Assistência Social, tem assegurado às entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos o acesso ao fundo público. Esse acesso, que, anteriormente se estabeleceu sem controle do Estado e da sociedade é controlado por mecanismos gerenciais, por sistemas operacionais, sem que isso tenha conseguido alterar a política da política, que pode, assim, ser mais eficaz e eficiente, mas não garantindo os mecanismos de acesso universal e gratuito de seu atendimento.

O SUAS, desse modo, passa por um movimento de readequação, onde os parâmetros das entidades privadas acabam por ser absorvidos pela esfera estatal, dificultando o processo de reversão que se substanciaria na primazia do Estado. O desafio está em tornar a tese exequível. Nesse sentido, ela se firma no método do materialismo histórico e dialético, que pressupõe vistas à luz de sua realidade, à contradição, à historicidade e à totalidade.

Demonstra-se, assim, a habilidade interventiva, defendendo a proposta, sabendo dos riscos e das suas dificuldades¹⁵³ a serem enfrentadas¹⁵⁴, com o intuito gramsciano do “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. Esses riscos e dificuldades, ao serem explicitados, tornam-se desafios que estão dispostos numa arena pública de conflitos e que não está solidificada¹⁵⁵. É a idéia da constante modificação que tornará viável o papel interventivo, cuja proposição está na condição humana de emancipar-se politicamente através das relações sociais que se estabelecem a cada momento histórico. Nesse sentido, fazem-se urgentes os fundamentos do Estado democrático, enquanto prerrogativas de efetivar o princípio estatal nessa sociedade.

Tornar úteis politicamente os espaços da política de Assistência Social, cujas “[...] ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social [...] além de outras fontes [...]” (BRASIL, 1988). Também se tem a organização dessa política com base nas diretrizes da descentralização político-administrativa. Essa base apresenta a coordenação e as normas gerais como da União e está alinhada à tese de que se deve designar, “[...] a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social” (BRASIL, 1988). A carta constitucional ainda prevê, como diretriz para a política de Assistência Social, a “[...] participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988).

¹⁵³ “Tudo é fácil. Pode-se tudo aquilo que se quer e se quer toda uma série de coisas que não se possui no presente. No fundo, é o presente invertido que se projeta no futuro. Tudo o que é reprimido se desencadeia. É preciso, ao contrário, dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 295).

¹⁵⁴ “É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2006, v. 2, p. 267).

¹⁵⁵ Não obstante isso, vale lembrar a celebre frase “Tudo o que era sólido se desmancha no ar [...]”, pois esse preceito leva a crer que as tradições privatista estejam vinculadas diretamente à constituição do Estado burguês, portanto: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanente distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Retorna-se à idéia de que não será somente via políticas públicas que se terá uma proposta contra-hegemônica. No entanto, as política pública precisam sair do que Gramsci chamou de “pequena política” para entrar na “grande política”¹⁵⁶. Porém tem-se também o desafio de tornar real as linhas introdutórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O Estado Democrático de Direito proposto está justamente “[...] destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]” (BRASIL, 1988).

É a partir de uma regulamentação e da “nova” forma de gestão proposta pelo SUAS que a Assistência Social vem-se reafirmando como política pública de Seguridade Social, porém sua efetivação real, conforme demonstrou a pesquisa, vem passando por um processo de retomada das “velhas” práticas assistenciais reproduzidas pelo Estado e viabilizadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

A nova relação que o Estado deve estabelecer com a sociedade necessariamente deve estar voltada aos princípios democráticos e, a partir dessa articulação, criar uma unidade dialética com o poder político e as diferentes organizações sociais.

Essa tese se justifica pelas evidências da realidade, ou seja, pelas contraprovas históricas apresentadas no decorrer deste estudo. Entende-se que propor uma tese implica defender ideais que estão em curso na sociedade e que ainda merecem aprofundamento e efetivação nos projetos de humanidade e de mundo, haja vista que a sociedade está em constantes disputas.

Na sociedade contemporânea, a novidade está em conseguir — ao considerar o processo histórico — apreender as expressões da questão social e manter-se atualizado com os dados de realidade, a fim de compatibilizar o conhecimento com as práticas sociais, ampliando assim, os espaços de conquistas da proteção social no campo dos direitos. O Sistema Único de Assistência Social consolida-se como mais um espaço de conquista das políticas sociais no Brasil. Representa um avanço para a política de Assistência Social, que compõe a Seguridade Social, junto da Previdência Social e da Saúde, na garantia de direitos

¹⁵⁶ “Grande política (alta política) — pequena política (política do dia-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela preponderância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2007, v. 3, p. 21).

sociais. Essas conquistas contaram com contribuições da sociedade civil, em diferentes espaços, desde as universidades, os conselhos, as conferências, as associações, as organizações e entidades, os fóruns, os movimentos sociais, os orçamentos participativos, dentre outros. Nesse sentido, no que refere ao público e ao privado, é imprescindível a apreciação dessas categorias, considerando seus usos na atualidade, de forma a contemplar dialeticamente o Estado e a sociedade civil. Portanto, pode o SUAS estar sinalizando ser mais um espaço em potencial a garantir direitos a partir de uma relação ampliada entre o Estado e a sociedade civil.

Considerando a sociedade como um processo dinâmico e dialético, a tese justifica-se pelo “novo” no que refere ao reforço de um projeto societário pautado num sistema de proteção social voltado à garantia dos direitos sociais numa perspectiva democrática e de uma gestão visando as políticas sociais públicas, universais e não contributivas.

A potencialidade vista nas políticas sociais, no Brasil, está na perspectiva de possibilitar ou criar mecanismos que fortaleçam a luta de classe. Conforme mencionado no corpo do texto, reforça-se aqui, na Conclusão a potencialidade que a política de Assistência Social vem proporcionando ao primeiro pressuposto humano, de que a humanidade deve ter condições objetivas de vida para fazer história e ser parte dela. Têm-se, na Assistência Social, junto de todas as outras políticas, as condições para a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades humanas. A Assistência Social tem uma importante contribuição potencializadora de lutas e de efetivação dos direitos sociais.

A tese possibilita a compreensão de que o sistema de proteção social brasileiro tem sido progressivamente ampliado. Essa ampliação implica manter-se em constante disputa com outros projetos societários de desmantelamento do Estado e das políticas públicas. Nesse sentido, a busca pela efetiva universalização das políticas públicas e pela gratuidade dos serviços requer a continuidade da defesa de um projeto societário justo e igualitário.

A defesa da ampliação da proteção social fica evidente nos indicadores e na materialização não só da política de Assistência Social via benefícios assistenciais não contributivos, mas também pela contínua implementação do Sistema Único de Saúde, na progressiva implantação de universidades públicas, ampliando, assim, o ensino superior, na redução da pobreza e na estagnação das desigualdades sociais.

Verifica-se que, somente no final de 2010, ou seja, praticamente junto ao término de elaboração da tese, passaram, no plano legal, a serem definidas normas que regulem a política de Assistência Social no que se refere ao tema deste estudo. Nesse sentido, a novidade apresentada está justamente em suscitar o debate em torno do real, buscando reforçar os

princípios constitucionais de um Estado democrático que está “experimentando” o processo de garantir o direito, efetivando-o através das políticas sociais.

Para o Serviço Social, o estudo é de fundamental importância, vista a participação atuante que a categoria profissional tem tido no processo de elaboração, implantação e implementação do SUAS. Nos últimos anos, o espaço de atuação dos Assistentes Sociais junto às políticas sociais tem se ampliado.

Pode-se questionar a existência de um sistema que ainda não “virou lei”. Nesse processo, no caso de aprovação do projeto de lei que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, a tese consolida-se na realidade como contraprova. Enquanto isso não acontece, esta tese se coaduna ao processo de lutas para a garantia e a melhoria dessa política de Assistência Social, tendo continuidade nesse processo.

Contudo incita-se a tese de que o Estado é central no que se refere ao financiamento do social, confirmando-se por mais um produto de lutas pelos direitos, através do SUAS. O contrassenso proposto pela “contra reforma” de que o Estado é o empecilho à questão social, contradiz-se.

A tese conforma-se no objeto da relação estabelecida a partir de um sistema público (SUAS) com entidades e organizações privadas sem fins lucrativos sob a lógica da gestão estrutural da política de Assistência Social. O pensamento gramsciano sustenta as análises sobre as condições em que se encontra o Estado brasileiro subsidiando as discussões da conformação política à uma hegemonia¹⁵⁷ de ideais democráticos que sejam protagonizados pela sociedade civil.

Na Assistência Social, existe uma relação explícita e intrínseca entre Estado e sociedade civil, porém dicotômica e maniqueísta entre público e privado. Quanto a esses processos contraditórios, deve-se, em um primeiro momento, desvendá-los com o intuito de politizar o debate sobre a questão social e as alternativas de enfrentamento das desigualdades sociais e potencialidades das lutas. A pesquisa, o acesso às informações, a socialização, as capacitações, os espaços públicos de debates, a efetiva participação e a efetivação dos conselhos de direitos são fundamentais para estimular o processo emancipatório e político, para, cada vez mais, qualificar, ampliar e efetivar a participação e o controle social e conformar um Estado ampliado, menos vulnerável à cooptação e alienação.

¹⁵⁷ “Hegemonia é a capacidade de direção intelectual e moral que um grupo social tem sobre outros grupos sociais. A hegemonia é, normalmente, entendida como um complemento da função coercitiva (uso da força) por parte de um grupo. Na verdade, num primeiro estágio de disputa pelo poder, ela visa à obtenção do consentimento de classes sociais aliadas para que uma determinada classe conquiste o poder. Num segundo momento, ela incorpora a função coercitiva e a classe além de hegemônica faz-se também dominante” (SECCO, 2006, p. 198).

Uma rede privada não pode ser vista como substituta do sistema de proteção social, mas, sim, como parte integrante desse sistema, haja vista a responsabilidade e os recursos do Estado, responsável pelas políticas sociais e pela garantia dos direitos para a promoção da cidadania. Uma política efetiva-se pública, Estatal, a partir das responsabilidades dos gestores públicos sob o controle da sociedade, efetiva-se pela garantia e pela concretização dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, cujo interesse prevalece pelo coletivo, buscando sempre satisfazer necessidades sociais e não a rentabilidade econômica.

No sistema de proteção social brasileiro, uma política não deve se sobrepor à outra; pelo contrário, devem conformar-se na lógica prevista desde a Constituição de 1988, na garantia dos direitos fundamentais. A Assistência Social materializa-se enquanto direitos sociais, com o sentido de romper com a cultura da subalternidade, reforçando a importância de se ter definido o entendimento de que a Assistência Social se caracteriza enquanto uma política pública.

Deve-se pensar na mudança dos critérios e nas condicionalidades propostos pela Assistência Social dentro desse processo histórico, haja vista que o momento é de ampliação dos direitos, e, só com a redução das condicionalidades da política, é que realmente se estarão ampliando a política e a garantia de direitos. Existe uma disposição no sistema de proteção que está centrada na força de trabalho e que exige a formalização do trabalho para se ter acesso aos benefícios sociais. Nesse sentido, parece estar distante a criação de um sistema universal que não esteja atrelado a contrapartidas ou à seleção de meios aos usuários.

O Estado ampliado é quem pode prover práticas universalizantes de igualdade e de provimento de direitos. As formas clientelistas que se estabelecem no espaço estatal desqualificam as políticas que teriam condições justas de serem executadas, sejam por direitos trabalhistas aqueles que tiverem condições de contribuir ou mesmo por políticas de transferência de renda ao âmbito da Assistência Social.

Resgata-se o processo da tradição privada que encontra campo fértil na Assistência Social e corre-se o risco de que se fortaleça na política pelas propostas econômicas neoliberais ainda vigentes e em disputa nessa sociedade. É importante ressaltar a gênese das instituições no que se refere à sua base privada. Portanto, vale efetivar a forma e o modo de participação dessas instituições dentro de uma lógica de um sistema público. Deve-se acompanhar como são concretizadas as políticas públicas, tendo em vista o vínculo ao SUAS, o contrato ou a parceria, conforme definida a relação com os gestores. Ao fim e ao cabo o princípio defendido está sob a ótica prevista na PNAS e na NOB/SUAS, ou seja um vínculo SUAS de comando único do Estado sob a perspectiva pública.

Nesse sentido, expressa-se a novidade do SUAS, na sua constituição de um sistema público que mantém a rede privada, porém estabelecendo regras e critérios no sentido da inversão da lógica do uso do público em prol do privado e, sim, das condições que o privado tem e que podem estar contribuindo para o sistema público. O grande desafio posto está mesmo na mudança de concepção do público pelo privado. Para isso, o SUAS enfatiza a primazia do Estado e propõe um mecanismo de gestão que rompa com a lógica conservadora, correndo o risco de ampliar ainda mais a implantação da proposta gerencial.

A modernização gerencial, proposta na “contra reforma” do Estado, materializa-se também nas entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos onde se prioriza a terceirização das políticas que conformariam a proteção social pública. Nesse caso, o público passa a ser funcional ao privado. A Assistência Social precisa eliminar da sua ótica os princípios gerenciais privados.

O SUAS somente será efetivado em sua plenitude se manter a primazia do Estado e, principalmente, suas funções de assegurar a gratuidade dos serviços e o acesso público e de qualidade aos usuários. Caso contrário, o SUAS poderá ser um sistema público funcional ao privado. Faz-se necessário um direcionamento efetivo para as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos, no intuito de desvendar os modos de participação, apreensão acerca do sistema no que concerne à gestão e ao seu caráter público e não contributivo num contexto adverso a “contra reforma” do Estado, buscando desocultar as contradições a fim de subsidiar movimentos de fortalecimento para uma diferente relação entre Estado e sociedade.

Postos o debate e a implantação do SUAS, restam desafios na consolidação dessa política, principalmente no que refere à criação de mecanismos¹⁵⁸ que ofereçam condições de participação dos usuários, enquanto cidadãos de direitos e não mais enquanto sujeitos subrepresentados, em diferentes espaços em que se materializa a Assistência Social, seja nos conselhos e fóruns, seja em capacitações, eventos, nos benefícios, nos projetos, nos programas e serviços que são oferecidos.

A ampliação das concepções e papéis do conselho e dos conselheiros necessita estar em constante reformulação principalmente nas ações e deliberações, na atualização legislativa, na articulação política entre os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como com os usuários da Assistência Social), na constante capacitação dos conselheiros e nos espaços de debates em torno das melhorias dessa política.

¹⁵⁸ Ao referir “mecanismos”, tem-se em vista um conjunto de recursos financeiros, materiais e humanos que viabilizem a materialidade prevista nos documentos e na gestão do sistema, bem como a garantia dos direitos sancionados pela lei.

Destaca-se a constante necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos (financeiros, operacionais e políticos), que envolvam os sujeitos que acessam direta ou indiretamente a política de Assistência Social. A mudança de relação entre o Estado e as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos é fundamental para a garantia do SUAS.

Finalmente, os pressupostos e as orientações para a política de Assistência Social prevista para o SUAS — desde a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a definição clara das competências técnicas e políticas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios — devem estar articulados principalmente no que concerne ao controle social e à relação entre o Estado e a sociedade civil, com a participação e a mobilização, por meio dos movimentos sociais, dos organismos governamentais e não governamentais, os quais têm, em conjunto, papel efetivo nas suas implantação e implementação, ampliando e solidificando ainda mais o debate sobre os eixos estruturantes da PNAS e da NOB-SUAS.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. (Pensamento Crítico, v. 6).
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**. Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Tradução de Gilka Leite Garcia e Luciane Ache. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- ARAÚJO, José Prata. **Um retrato do Brasil:** balanço do Governo Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719:** apresentação de relatórios técnico científicos. Rio de Janeiro, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** informação e documentação - artigo de publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024:** informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027:** informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** informação e documentação - resumos - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** informação e documentação - resumos - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029:** informação e documentação - livros e folhetos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6034:** informação e documentação – índice - apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ANFIP. **Tributos administrados pela Receita Federal do Brasil**. Brasília: Fundação ANFIP, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Sérgio Resende de. Leis autorizativas. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, n. 29, p. 259-265, ago./nov. 2000.

BATTINI, Odária. Construindo o método. Das referências teórico-metodológicas. In: BATTINI, Odária (Org.). **Assistência Social: constitucionalização, representação, práticas**. São Paulo: Veras, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Eliane Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Eliane Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008a.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

BORON, Atílio A. **Filosofia política marxista**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete Salet; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; CÉSAR, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. (Org.). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2009. (Política Social 4).

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a Seguridade Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 2: Suplemento. Brasília, DF: SAGI/MDS, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília, Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.237, de 20 de Julho de 2010. Regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências, 2010d.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1566>>. Acesso em: jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de julho de 1991. Republicada em 11.04.1996 e 14.08.1998. Texto atualizado. Lei Orgânica da Seguridade Social. Dispõe sobre a organização da Seguridade

Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: nov. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, 2010c.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.790, 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/legislacao/>>. Acesso em: out. 2004.

BRASIL. LEI Nº. 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de julho de 1991. Lei Orgânica da Seguridade Social. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Secretaria de Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **10. A renúncia fiscal das filantrópicas equivale a que valor anual?** Perguntas mais frequentes sobre Isenção previdenciária. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=349>> e <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_15_04-B.asp#2>. Acesso em: jan. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacitação para controle social nos municípios: SUAS e Bolsa Família**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF, MDS/SNAS/PNAS, nov. 2004a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Construindo as Bases para a Implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, MDS/SNAS/SUAS, jul. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, DF, MDS/SNAS/PNAS, mai. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Assistência Social 2009. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Federal ao Alcance de Todos**. Brasília: SOF, 2010f.
- BRASIL. Portaria nº 273, de 10 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Imprensa Nacional. Brasília, DF, 11 de ago. 2006. Edição n. 154, seção 1.
- BRASIL. Resolução n. 191, de 10 de novembro de 2005. Institui orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, acerca das entidades e organizações de Assistência Social mediante a indicação das suas características essenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Imprensa Nacional. Brasília, DF, 17 de nov. 2005a. Edição n. 220, seção 1.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Secretaria de Previdência Social. **Previdência e Estabilidade social: curso de formadores em Previdência Social**. Brasília: MPAS, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma da gestão pública**. Apresentação. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>>. Acesso em: jan. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Pensamento crítico n. 39)
- CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COLIN, Denise Ratmann Arruda. A gestão e o financiamento da Assistência Social transitando entre a filantropia e a política pública. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia**. Novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2010.
- COLIN, Denise Ratmann Arruda. **Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública**. [2008]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia).
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Versão preliminar da proposta de regulamentação do artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social**. Entidades e organizações de Assistência Social. Grupo de Trabalho do CNAS. Brasília: set. 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e Democracia: a Atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas)
- COUTO, Berenice Rojas; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara Maria Rosa; ANDRADE, Iraci de; MARTINELLI, Tiago; SILVA, Marta Borba. A implantação e implementação do

Suas no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. Conclusão geral: contradições do SUAS na realidade brasileira em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; MARTINELLI, Tiago. O serviço social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional. **Revista Argumentum**. Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, v. 1, n. 1, p. 92-105, jul./dez. 2009.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Unesp, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**. Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA, Glauco. **O Governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em Debate v. 3)

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — FARSUL. et al. **A Crise do Estado: reformas para racionalizar a máquina pública**. Porto Alegre, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.federasul.com.br/anexosdeatas/arquivos/ACrisedoEstado-ReformaspararacionalizaraMaquinaPublica.doc>>. Acesso em: jan. 2011.

FLEURY, Sonia. Assistência e Previdência Social. Contra-reforma e resistência. In: ROCHA, Denise; BERNARDO, Maristela (Orgs.). **A era FHC e o Governo Lula: transição**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.

FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o pensamento histórico. In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. Ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira**. Análise financeira do período 1990–2005. 2006. 244f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Economia).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: pesquisa, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. cap. IV, p. 67-80.

GOENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 3, p. 52-66, São Paulo, set./dez., 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices. Variantes e índices. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Tradução Carlos de Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. v. 4.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas/IPEA**. A iniciativa privada e o espírito público. A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 90. In: CIMADAMORE, Alberto, DEAN, Hartley, SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). **A pobreza do Estado**. Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Coleção CLACSO-CROP (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Comparative Research Programme on Poverty).

JACCOUD, Luciana de Barros. Política pública e oferta privada: um desafio para a consolidação da política nacional de Assistência Social. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia**. Novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JACCOUD, Luciana; CARDOSO Jr., José Celso. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 8. Reimpr. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. (Rumos da Cultura Moderna v. 26).

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal – lógica dialética**. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007. (Pensamento Crítico v. 8).

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 3. ed. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Pensamento Crítico v. 5).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Tiago. **O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Entidades e Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos no Contexto da Contra-Reforma do Estado: Garantia de Direitos Sociais?**. 2009/2010. Pesquisa (Pesquisa realizada durante o doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUCRS, 2010.

MARTINELLI, Tiago. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do município de Porto Alegre: espaços socioocupacionais dos Assistentes Sociais?** 2007. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosófico**. Tradução de Artur Morão (em 1975). Edições 70: Lisboa, Portugal, 1989.

- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução J. C. Morel. São Paulo: Ícone, 2004 (Coleção fundamentos de filosofia).
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 25.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Primeiro Volume).
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Segundo Volume).
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Terceiro Volume)
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Quarto Volume)
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Quinto Volume)
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Sexto Volume)
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al.. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**: Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos filosóficos**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS**: no caminho da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social**: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- MERCADANTE, Aloizio. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate ; v. 4)
- MESCHKAT, Klaus. Una crítica a la ideología de la sociedad civil. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. Madrid, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/nomadas/>>. Acesso em: jul. 2009.
- MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Censo SUAS 2010**. Brasília, [2010]. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censo2010/>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e seguridade social.** Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social:** um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Márcio Bilharinho. **MARX:** ciência e revolução. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000. (Coleção logos).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil.** Temas éticos políticos da gestão democrática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. O culto a Moloch: Bresser Pereira e a reforma gerencial do Estado. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.) **Política social e democracia.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. Revista Katálisis. Universidade Federal de Santa Catarina, v.13, n.2, p. 250-259, 2010.

PASCHOAL, Amália Madureira. O método do materialismo histórico-crítico e dialético – um estudo bibliográfico. In: ROESLER, Marli Renate Von Borstel (org.). **Recortes Temáticos.** Nossas reflexões nos 20 anos do Curso de Serviço Social. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

PAULA, João Antônio de. A atualidade do programa do manifesto. In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Estado, gestão pública e elementos condicionantes das metamorfoses na política de Assistência Social. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia.** Novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivenete. et al. (Org.) **Política Social:** alternativas ao neoliberalismo. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2004. p. 135-159.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política de Assistência Social no Brasil: avanços e retrocessos. **Cadernos do CEAM.** Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Ano. 3, n. 11. out. 2002. Brasília: UnB/CEAM/NEPPOS, 2002. p. 63-80.

PERUZZO, Juliane Feix. Sistema de proteção social na perspectiva da modernização industrial no Brasil. In: REIS, Carlos Nelson (org.). **O sopro do minuano.** Transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil:** avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em Debate v. 2)

PRATES, Jane Cruz. Gestão como processo social e o processo de gestão da política de Assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY,

Beatriz (orgs.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PRATES, Jane Cruz. **Polígrafo didático sobre teoria de pesquisa: coletânea de textos mimeo.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2005. (Mimeo).

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social.** 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. Prefácio. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia.** Novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Serviço Social & Sociedade (Gestão Pública)**, São Paulo: Cortez, v. 25, n. 78, p. 5-32, 2004.

REDEPRIVADASUAS. **RES: Informações Censo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <redeprivadasuas@mds.gov.br> em 17 jan. 2011.

RICHARDSON, Robertto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. – 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.853/02.** Institui o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e dá outras providências. Porto Alegre, 29 de novembro de 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.761, de 10 de agosto de 2007.** Introduce alterações na Lei nº 11.853, de 29 de novembro de 2002, que instituiu o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e dá outras providências. Porto Alegre, 10 agosto de 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social - SJDS. **Rede Parceria Social.** Funcionamento. O Que É? Disponível em: <<http://www.redeparceriasocial.rs.gov.br/#>>. Acesso em: jan. 2011.

RODRIGUES, Fernanda (Coord.). **Pobreza e perspectivas europeias.** Frankfurt: Peter Lang, 2005.

RODRIGUES, Fernanda (Org.). **Ação social na área da exclusão social.** Lisboa. Universidade Aberta, 2003.

RODRIGUES, Fernanda, et al. **Entre o Estado e o mercado: As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal.** Coimbra: Ed. Quarteto, 2000

RODRIGUES, Fernanda. **Assistência social e políticas sociais em Portugal.** Lisboa, ISSSLDep. Ed./CPIHTS, 1999.

RODRIGUES, Fernanda. **Assistência social: uma política reticente em tempo de globalização.** In: HESPANHA, Pedro, CARAPINHEIRO, Graça (Orgs). Risco social e incerteza: pode o estado social recuar mais?. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SADER, Emir (Coord.). **Latinoamericana**. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

SADER, Emir Simão. O público, o estatal e o privado. In: HEIMANN, Luiza Sterman; IBANHES, Lauro Cesar; BARBOZA, Renato (Orgs.). **O Público e o Privado na Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 43-55

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil, entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Boitempo, Perseu Abramo, 2010.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção A Outra Margem).

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coords.). Latinoamericana. **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Cultura e educação para a democracia. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; GUILHON, M. Virgínia Moreira; CRUZ, Glucejane G. da e SILVA, Andréa Monique Loureiro da.. Comunidade Solidária: Contradições e debilidades. **Serviço Social & Sociedade**. n. 60, julho de 1999.

SILVA, Pedro Luiz Barros. **Reforma do Estado e Política Social no Brasil**. Êxitos, Problemas e Desafios da Coordenação Intergovernamental. Caderno de Pesquisa. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). São Paulo: UNICAMP/NEPP, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 78)

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios do sistema de proteção social. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia**. Novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.º 55, ano XVIII, p.09-38, nov. 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

STOER, Stephen R.; RODRIGUES, Fernanda. **Entre parceria e partenariado: amigos amigos, negócios à parte**. Lisboa: Celta Editora, 1998.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 18. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, Ana Luiza d'Avila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção Social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza d'Avila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBÁÑEZ, Nelson (Orgs.).

Proteção Social. Dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005. (Saúde em Debate v. 159).

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Pablo (Org.). **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. In: **Cadernos ABONG: Políticas de Assistência Social, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social – 3**. CNAS/ABONG/UNICEF: São Paulo, out. 1995. (Série Especial).

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Carta de apresentação

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, julho de 2010.

Prezado(a) Gestor(a):

Solicitamos sua participação na Pesquisa **“O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Entidades e Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos no Contexto da Contra-Reforma do Estado: Garantia de Direitos Sociais?”**, que tem como objetivo verificar o entendimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social no âmbito estatal e das entidades e organizações de Assistência Social na consolidação dos princípios democráticos, para contribuir na operacionalização da gestão da política de Assistência Social conforme a Constituição Federal de 1988.

Será desenvolvido pelo Assistente Social Tiago Martinelli (CRESS Nº 5901), sob orientação da Profa. Dra. Berenice Rojas Couto, vinculados ao Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sua colaboração é fundamental para compor as informações da pesquisa, possibilitando maior visibilidade a implantação do Sistema Único de Assistência Social, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e a qualificação dos processos desse sistema. Os dados da pesquisa estarão à disposição na universidade ao término da pesquisa, prevista para março de dois mil e onze.

Agradecemos a atenção e a disponibilidade em colaborar com o estudo.

Atenciosamente,

Tiago Martinelli
Bolsista de Doutorado do CNPq

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

APÊNDICE B — Roteiros para entrevista

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

Pesquisa:

“O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Entidades e Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos no Contexto da Contra-Reforma do Estado:

Garantia de Direitos Sociais?”

As perguntas deste roteiro têm por finalidade orientar as entrevistas com gestores, sendo que os questionamentos poderão ser elaborados de forma indireta, visando qualificar as informações da pesquisa.

As entrevistas terão como objetivo, verificar o entendimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social no âmbito estatal e das entidades e organizações de Assistência Social na consolidação dos princípios democráticos, para contribuir na operacionalização da gestão da política de Assistência Social conforme a Constituição Federal de 1988.

Questões Norteadoras:

- ☒ De que maneira acontece à descentralização, o controle social, o financiamento/orçamento, o monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS através das entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Quais as entidades e organizações que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõe a rede socioassistencial do SUAS no Rio Grande do Sul?
- ☒ Como se efetivam às ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial, primando a função pública, não-contributiva, descentralizada e participativa nas entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Qual o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial para a garantia da proteção social?

PUCRS**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Entrevista realizada no dia: ____/____/____.

Às ____ horas e ____ minutos.

Local da entrevista _____.

Roteiro Gestor Estatal

Identificação

Nome do(a) Entrevistado(a): _____

Função na organização: _____

Formação: _____

Telefone: _____

Endereço eletrônico: _____

Nome da organização: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: _____

Endereço eletrônico: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo do representante legal: _____

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606

E-mail: servico-social-pg@pucrs.br

www.pucrs.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Questões do roteiro para entrevista:

- ☒ *De que maneira acontece à descentralização, o controle social, o financiamento/orçamento, o monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS através das entidades e organizações de Assistência Social?*
 - ☒ Qual o seu entendimento sobre o SUAS?
 - ☒ Qual a finalidade do SUAS?
 - ☒ De que maneira acontece à descentralização na gestão do SUAS através das entidades e organizações de Assistência Social?
 - ☒ Quais os mecanismos de controle social, na gestão do SUAS que contemplam as entidades e organizações de Assistência Social?
 - ☒ Como está se firmando o financiamento/orçamento na gestão do SUAS com as entidades e organizações de Assistência Social?
 - ☒ Qual a participação das entidades e organizações de Assistência Social no planejamento, monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS?
- ☒ *Quais as entidades e organizações que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõe a rede socioassistencial do SUAS no Rio Grande do Sul?*
 - ☒ O que caracteriza entidades e organizações da Assistência Social?
 - ☒ O que está se entendendo por rede socioassistencial do SUAS?
- ☒ *Como se efetivam às ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial, primando a função pública, não-contributiva, descentralizada e participativa nas entidades e organizações de Assistência Social?*
 - ☒ Qual a finalidade das entidades e organizações para o SUAS?
- ☒ *Qual o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial para a garantia da proteção social?*
 - ☒ Que sugestões podem contribuir para melhorar o SUAS?

Tiago Martinelli
Bolsista de Doutorado do CNPq

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@puccrs.br
www.puccrs.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Entrevista realizada no dia: ____/____/____.

Às ____ horas e ____ minutos.

Local da entrevista _____.

Roteiro Gestor das entidades e organizações

Identificação

Nome do(a) Entrevistado(a): _____

Função na organização: _____

Formação: _____

Telefone: _____

Endereço eletrônico: _____

Nome da organização: _____

() atendimento () assessoramento () defesa e garantia de direitos

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: _____

Endereço eletrônico: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo do representante legal: _____

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606

E-mail: servico-social-pg@pucrs.br

www.pucrs.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Questões do roteiro para entrevista

☒ *De que maneira acontece à descentralização, o controle social, o financiamento/orçamento, o monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS através das entidades e organizações de Assistência Social?*

- ☒ Qual o seu entendimento sobre o SUAS?
- ☒ Qual a finalidade do SUAS?
- ☒ De que maneira acontece à descentralização na gestão do SUAS através das entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Quais os mecanismos de controle social, na gestão do SUAS que contemplam as entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Como está se firmando o financiamento/orçamento na gestão do SUAS com as entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Qual a participação das entidades e organizações de Assistência Social no planejamento, monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS?

☒ *Quais as entidades e organizações que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõe a rede socioassistencial do SUAS no Rio Grande do Sul?*

- ☒ O que caracteriza entidades e organizações da Assistência Social?
- ☒ Como são direcionadas as atividades realizadas pelas entidades e organizações?
- ☒ Como são realizados os serviços, programas e projetos voltadas à garantia dos direitos pelas entidades e organizações de Assistência Social?
- ☒ Qual a participação dos usuários nas entidades e organizações de Assistência Social?

☒ *Como se efetivam as ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial, primando à função pública, não-contributiva, descentralizada e participativa nas entidades e organizações de Assistência Social?*

- ☒ Qual a finalidade das entidades e organizações para o SUAS?
- ☒ O que está se entendendo por rede socioassistencial do SUAS?
- ☒ Quais os critérios de acesso a entidade pelos usuários?

☒ *Qual o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial para a garantia da proteção social?*

- ☒ Que sugestões podem contribuir para melhorar o SUAS?

Tiago Martinelli
Bolsista de Doutorado do CNPq

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

APÊNDICE C — Termo de consentimento livre e esclarecido



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa **“O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Entidades e Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos no Contexto da Contra-Reforma do Estado: Garantia de Direitos Sociais?”**, que tem como objetivo verificar o entendimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social no âmbito estatal e das entidades e organizações de Assistência Social na consolidação dos princípios democráticos, para contribuir na operacionalização da gestão da política de Assistência Social conforme a Constituição Federal de 1988.

Será desenvolvido pelo Assistente Social Tiago Martinelli (CRESS Nº 5901), sob orientação da Profa. Dra. Berenice Rojas Couto, vinculados ao Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sua colaboração é fundamental para compor as informações da pesquisa, possibilitando maior visibilidade a implantação do Sistema Único de Assistência Social, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e a qualificação dos processos desse sistema. Os dados da pesquisa estarão à disposição na universidade ao término da pesquisa, prevista para março de dois mil e onze.

Por intermédio deste termo são garantido-lhes os direitos de: ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre seus dados pessoais; retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa entrando em contato com o pesquisador Tiago Martinelli (Telefone Celular: 51 92790379 – NEPES: 51 33203500 R. 4178), com sua orientadora Professora Doutora Berenice Rojas Couto (Telefones: 51 33203539 / 51 33203546) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Telefone: 51 33203345); a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdo direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo”.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.

Participante: _____ Assinatura: _____

Entidade/organização: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Endereço: _____

Tiago Martinelli
Bolsista de Doutorado do CNPq

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@puccrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

APÊNDICE D — Quadro da sistematização utilizada para a análise de conteúdo

NÚMERO DA ENTREVISTA	NÚMERO DA PÁGINA	ENUNCIADO DA ENTREVISTA (TEMA)	CATEGORIAS DO MÉTODO: (HISTORICIDADE, TOTALIDADE, CONTRADIÇÃO)	CATEGORIAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE	OBSERVAÇÕES / INFERÊNCIAS

APÊNDICE E — Quadro metodológico da pesquisa

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as entidades e organizações privadas sem fins lucrativos no contexto da contra reforma do Estado: garantia de direitos sociais?

Pesquisador: Tiago Martinelli Orientadora: Professora Doutora Berenice Rojas Couto Porto Alegre, 2011

TEMA	PROBLEMA	OBJETIVOS		QUESTÕES ORIENTADORAS		
		Geral	Específicos			
O tema investigado tratou sobre o entendimento dos gestores sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito estatal e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos, cadastradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social em municípios do Rio Grande do Sul.	Qual o entendimento sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por parte dos gestores estatais e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos, cadastradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social, de municípios do Rio Grande do Sul em Gestão Plena do Sistema Municipal?	<p>Problematizar criticamente o entendimento dos gestores nos três níveis de governo e das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos de municípios em gestão plena no Rio Grande do Sul de como apreendem o Sistema Único de Assistência Social no que concerne aos processos de gestão e ao papel do Estado para contribuir na operacionalização da política conforme a Constituição Federal de 1988.</p>	<p>Conhecer as estratégias e instrumentos de gestão (descentralização, controle social, legalidade, funcionalidade, financiamento/orçamento, monitoramento e avaliação) estabelecidas entre o Estado e as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos no intuito da efetivação dos princípios organizativos do SUAS;</p> <p>Identificar quais as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõe a rede socioassistencial do SUAS, com fins de estabelecer a relação com o Estado na efetivação dos serviços, programas e projetos voltadas à garantia dos direitos;</p> <p>Problematizar as ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial no que se refere à função pública, não-contributiva, descentralizada e participativa do SUAS, visto a possibilidade, mediante convênios, ajustes ou parcerias com entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos;</p> <p>Analisar o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial para a garantia da proteção social.</p>	<p>De que maneira acontece à descentralização, o controle social, o financiamento / orçamento, o monitoramento e a avaliação na gestão do SUAS através das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos?</p> <p>Quais as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que estão cadastradas nos Conselhos de Assistência Social e que compõe a rede socioassistencial do SUAS no Rio Grande do Sul?</p> <p>Como se efetivam às ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial, primando a função pública, não-contributiva, descentralizada e participativa nas entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos?</p> <p>Qual o papel do Estado na gestão da rede socioassistencial para a garantia da proteção social?</p>		
METODOLOGIA	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	AMOSTRA		CATEGORIAS DO MÉTODO	CATEGORIAS EXPLICATIVAS	ANÁLISE
Esta pesquisa está fundamentada nos princípios do Método do Materialismo Histórico e Dialético caracteriza-se como do tipo qualitativa. Com base em seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória.	A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, compreendida por roteiro orientador, com gestores estatais e de entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos.	A amostra da pesquisa foi não probabilística intencional, cotejando neste estudo os municípios do Rio Grande do Sul em Gestão Plena do Sistema Municipal de Assistência Social, conforme previsto na Norma Operacional Básica, ou seja, um município de Pequeno Porte I, um de Pequeno Porte II, um Médio Porte, um de Grande Porte e uma Metrópole. Foram selecionados as entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos contempladas através de seus cadastros no Conselho Nacional e Municipal de Assistência Social, dentre estas tiveram prioridade as com representação nos conselhos. Foram realizadas 24 entrevistas com gestores estatais (municípios (06), Estado (01) e União (01)) e gestores das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos (16).		<p>Historicidade;</p> <p>Totalidade; e</p> <p>Contradição</p>	<p>Assistência Social; entidades privadas sem fins lucrativos;</p> <p>Proteção Social; Seguridade Social; Sociedade Civil;</p> <p>Estado; Público; Privado;</p> <p>Cultura Privatista;</p> <p>Descentralização; Controle Social; Monitoramento;</p> <p>Orçamento; Avaliação; Rede Socioassistencial.</p>	Para a análise dos dados é utilizada a técnica de Análise de Conteúdo.

APÊNDICE F — Quadro de informações referentes à população, à estimativa de pobreza, ao IDH, ao porte e a eleições dos municípios abarcados pela pesquisa

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (CENSO 2010)	ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS POBRES (PERFIL PNAD 2006)		IDH-M 2000	PORTE EM 2008	PREFEITO ELEITO 2008	PARTIDO DO PREFEITO ELEITO	PREFEITO ATUAL	PARTIDO ATUAL
		Bolsa Família	Cadastro Único						
Bento Gonçalves	104.470	2.529	6.176	0,87	Grande	Roberto Lunelli	PT	Roberto Lunelli	PT
Farroupilha	63.293	1.434	3.751	0,84	Médio	Ademir Baretta	PMDB	Ademir Baretta	PMDB
Porto Alegre	1.365.039	41.679	84.332	0,87	Metrópole	José Alberto Fogaça de Medeiros	PMDB	José Fortunati	PDT
Sananduva	15.359	630	1.460	0,80	Pequeno I	Antonio Roberto Caldato	PMDB	Antonio Roberto Caldato	PMDB
São Leopoldo	212.279	8.559	17.732	0,81	Grande	Ary Jose Vanazzi	PT	Ary José Vanazzi	PT
Três de Maio	23.631	1.005	2.173	0,83	Pequeno II	Olivio Jose Casali	PP	Olivio Jose Casali	PP
TOTAL	1.784.071	55.836	115.624	-	-	-	-	-	-

MUNICÍPIOS	CRAS CADASTRADOS	CRAS CADASTRADOS COFINANCIAMENTO FEDERAL	CRAS CADASTRADOS COFINANCIAMENTO DE PISO BÁSICO FIXO (PAIF)	NÚMERO DE CREAS	NÚMERO DE CREAS REGIONAIS	ÍNDICE SUAS 2010 ¹	PCD	NÚMERO DE IDOSOS	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
Bento Gonçalves	3	1	1	1	0	0,80	313	101	414
Farroupilha	2	2	1	1	0	0,80	207	129	336
Porto Alegre	0	0	0	0	0	0,80	11.388	10.450	21.838
Sananduva	1	1	0	0	0	0,78	111	66	177
São Leopoldo	5	4	4	1	0	0,79	1.168	1.073	2.241
Três de Maio	1	1	1	1	0	0,78	230	197	427
TOTAL	12	9	7	4	0	-	13.417	12.016	25.433

Fonte dos dados brutos: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Matriz de Informações Sociais.
(1) Índice Suas 2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Para o Índice SUAS constitui-se da taxa de vulnerabilidade municipal (NVS), da receita corrente líquida *per capita* (RCL), dos recursos transferidos do Fundo Nacional da Assistência (FNAS) para proteção social básica *per capita* (FM) e do investimento em assistência social *per capita* (IRP).

APÊNDICE G — Quadro de informações das entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos que compõem a amostra da pesquisa referentes a município, órgão gestor, quantidade de registros no SICNAS, área de atuação, representação no CNAS, encaminhamento do CEBAS e entrevistados

MUNICÍPIO E GESTOR		NÚMERO DE ENTIDADES SICNAS 2011	ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	REGISTRO NO SICNAS	ÁREA DE ATUAÇÃO - ENTIDADES CERTIFICADAS ¹	REPRESENTAÇÃO NO CMAS ²	SICNAS 2011 PROCESSO ATUAL CEBAS LEI 12.101/2009	ENTREVISTADO/ REPRESENTANTE NO CMAS
Bento Gonçalves	Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social	29	Lar do Ancião de Bento Gonçalves	X	Assistência Social	2009	Sem informação	Gestor
			Círculo Operário Bento Gonçalves	X	-	2009	-	Representante do Gestor e Assistente Social/CMAS
			Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bento Gonçalves	X	Assistência Social	2009	Sem informação	Representante do Gestor e Assistente Social/CMAS
Farroupilha	Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania	14	Associação Farroupilhense Pró-Saúde	X	Saúde	2009	Sem informação	Coordenadora de Enfermagem e Representante do Gestor
			Fundação Nova Vicenza de Assistência	X	Assistência Social	2009	Sem informação	Representante do Gestor e Assistente Social/CMAS
			Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Farroupilha	X	Assistência Social	2009	Remetido para MEC - Art. 21 ENCAMINHAR (05/04/2010)	Representante do Gestor e Assistente Social
Porto Alegre	Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)	100	União Sul Brasileira de Educação e Ensino	X	Educação	2010	Sem informação	Assistente Social
			Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher	X	-	2010	-	Representante do Gestor/CMAS
			Instituto Leonardo Murialdo	X	-	2010	-	Assistente Social/CMAS
Sananduva	Secretaria Municipal de Assistência Social	04	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	-	-	2009	-	Representante no CMAS
			Hospital Beneficente São João	X	Saúde	2009	Sem informação	Representante do Gestor
			Centro de Encontros e Atividades da Terceira Idade (CEATI)	-	-	2009	-	Representante no CMAS
São Leopoldo	Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social	41	Associação Vida Nova	X	Assistência Social	2009	Sem informação	Gestor
Três de Maio	Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social	10	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três de Maio	X	-	2009	Remetido para MDS – Art. 35, EXPEDIÇÃO (18/11/2010)	Representante do Gestor/CMAS
			Associação Tresmaiese de Amigos dos Idosos	X	Assistência Social	2009	Remetido para MDS – Art. 35, EXPEDIÇÃO (05/10/10)	Gestor
			Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM)	X	Educação	2009	Remetido para MEC – Art. 35 ENCAMINHAR (25/02/10)	Gestor

Fontes dados brutos: Sistema de Informação do Conselho Nacional de Assistência Social (SICNAS), jan. 2011. (1) Informações do Sistema de Informação do Conselho Nacional de Assistência Social (SICNAS), através do Relatório emitido pela CGI/MDS em ago./09. (2) Entidades registradas e/ou com representação no Conselho Municipal de Assistência Social no período de realização da pesquisa, informações recebidas através de contato telefônico e por correio eletrônico diretamente com os conselhos.

APÊNDICE H — Quadro demonstrativo do Índice SUAS dos municípios em gestão plena, segundo porte no Rio Grande do Sul - 2010

MUNICÍPIO	PORTE	ÍNDICE SUAS 2010	DATA DA PUBLICAÇÃO
Três de Maio	Pequeno II	0,78	Agosto de 2005
Dom Pedrito	Pequeno II	0,75	Abril de 2007
Frederico Westphalen	Pequeno II	0,74	Maior de 2009
Palmeira das Missões	Pequeno II	0,72	Dezembro de 2005
Rio Pardo	Pequeno II	0,72	Dezembro de 2005
Horizontina	Pequeno I	0,80	Julho de 2010
Sananduva	Pequeno I	0,78	Novembro de 2005
Jacutinga	Pequeno I	0,75	Dezembro de 2005
Nonoai	Pequeno I	0,71	Agosto de 2005
Planalto	Pequeno I	0,71	Agosto de 2005
Porto Alegre	Metrópole	0,80	Agosto de 2005
Farroupilha	Médio	0,80	Dezembro de 2005
Camaquã	Médio	0,76	Agosto de 2005
Cruz Alta	Médio	0,75	Outubro de 2009
Santiago	Médio	0,75	Agosto de 2005
Santo Ângelo	Médio	0,75	Outubro de 2006
Alegrete	Médio	0,74	Julho de 2010
Bento Gonçalves	Grande	0,80	Outubro de 2005
Caxias do Sul	Grande	0,80	Dezembro de 2005
São Leopoldo	Grande	0,79	Agosto de 2005
Novo Hamburgo	Grande	0,78	Outubro de 2005
Bagé	Grande	0,77	Agosto de 2005
Gravataí	Grande	0,76	Dezembro de 2005
Pelotas	Grande	0,75	Dezembro de 2005
Rio Grande	Grande	0,75	Dezembro de 2005
Sapucaia do Sul	Grande	0,74	Outubro de 2009

Fonte dos dados brutos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de Regulação da Gestão Intergovernamental.

ANEXOS

ANEXO A — Carta de aprovação da Comissão Científica

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 25 de junho de 2008

Prezada Coordenadora,

Encaminho a Vossa Senhoria o projeto de pesquisa do Doutorado TIAGO MARTINELLI que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

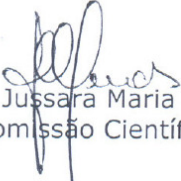
Sim
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

Aprovado
 Com pendências – anexar parecer
 Não aprovado – anexar parecer

Contando com sua colaboração, aproveito para apresentar cordiais saudações.

Atenciosamente,


 Profª. Dr. Jussara Maria Rosa Mendes
 Membro da Comissão Científica – FSS/PUCRS

À
 PROFª. DRA. BEATRIZ GERSHENSON AGUINSKY
 COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
 SOCIAL
 NESTA UNIVERSIDADE

PUCRS

Campus Central
 Av. Ipiranga, 6681 – P. 15 – sala 330 – CEP 90619-900
 Porto Alegre – RS – Brasil
 Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
 E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

ANEXO B — Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-1146/08

Porto Alegre, 15 de outubro de 2008.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 08/04294 intitulado: **"O sistema único de assistência social (SUAS) e as entidades e organizações privadas sem fins lucrativos no contexto da contra-reforma do estado: garantia de direitos sociais?"**.

Salientamos que sua investigação está autorizada a partir desta data.

Os relatórios do andamento do protocolo devem ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Goldim
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Berenice Rojas Couto
Faculdade de Serviço Social
N/Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep